



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2021**

O **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Clodoaldo Briancini, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA**, situado na Rua Maria Ranzan, nº 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, representado por sua Gestora Sra. Sidônia S.C. Merisio, e a(s) empresa(s) **AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 82.299.311/0001-11, com sede na Rua Santo Antonio, 151, 1º andar, saka 01, Cristo Rei, Francisco Beltrao, PR, Cep- 85602-000, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Maria Stella Picolli Baseggio, inscrito(a) no CPF sob nº 628.077.149-00, a(s) empresa(s) **ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 33.068.320/0001-32, com sede na Rua Graça Aranha, 875, Brcao 2, Sala A, Vargem Grande, Pinhais, PR, Cep- 83321-020, representada neste ato, pelo seu(ua) Administradora, Senhor(a) Patricia Bach, inscrito(a) no CPF sob nº 031.309.619-84, a(s) empresa(s) **PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 17.184.520/0001-02, com sede na Rua Lauro Muller, 385 D, sala 1, Centro, Chapecó, SC, Cep- 89.802-520, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Fabio Antonio Rosa, inscrito(a) no CPF sob nº 016.489.159-57, a(s) empresa(s) **SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 216536.580/0001-06, com sede na Rua Florianópolis, 442 E, sala 02, condomínio Maria Clara, Centro, Chapecó, SC, Cep.89,812-120, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Gabrielli Mohr Dutra, inscrito(a) no CPF sob nº 098.292.329-56, a(s) empresa(s) **FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 25.034.906/0001-58, com sede na Rua Machado de Assis 1234, comercial, Bairro Bela Vista, Erechim, RS, Ce. 99704-066, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Ricardo Alexandro Salomoni, inscrito(a) no CPF sob nº 801.312.800-82, a(s) empresa(s) **SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 22.327.120/0001-30, com sede na Avenida Jaboti 333, casa 59, Jardim Menegazzo, Apucarana, PR, Cep. 86802-000, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Cristiane Sagati, inscrito(a) no CPF sob nº 038.744.769-52, a(s) empresa(s) **L.P.DE BORG \$ CIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 78.796.778/0001-46, com sede na Rua República Argentina, 1530, Vila Izabel, Curitiba, PR, Cep.80620-010, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Luiz Paulo de Borba, inscrito(a) no CPF sob nº 060.497.299-72, a(s) empresa(s) **R.DE SOUZA TRENTTO**, inscrita no CNPJ sob nº 24.504.841/0001-02, com sede na Rua Itajaí, 123, Rio Morto, Indaial, SC, Cep.89.082-415, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Rafaela de Souza Trento, inscrito(a) no CPF sob nº 069.147.289-09, a(s) empresa(s) **LUCIANO DAMASIO DOS SANTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 27.644.873/0001-93, com sede na Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, 98, Chácara Urbana, Jundiaí, SP, Cep.13201-840, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Luciano Damásio dos Santos, inscrito(a) no CPF sob nº 167.473.508-12, a(s) empresa(s) **M.TESTA CONFECÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº 23.829.339/0001-09, com sede na Avenida Genei Uehara, 1263, Residencial Nova Itália, Cia Norte, PR, Cep.87203-196, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Marina Testa, inscrito(a) no CPF sob nº 064.458.499-89, a(s) empresa(s) **S.V.BRAGA IMPORTADORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 30.888.187/0001-72, com sede na Rua Dom Luiz, 171, Vila Real, Balneário Camboriú, SC, Cep.88.337-100, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Soliana Verginia Braga, inscrito(a) no CPF sob nº 030.178.600-35, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente,



RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVÍDUAL (EPIS) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ENFRENTAMENTO DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**, conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS**

3.1. O (s) preço (s) ofertado (s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no termo de adjudicação serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1. A entrega deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias do envio da Autorização de Fornecimento e no local informado nesta, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.



5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade **2.006 e 2.019 – Elemento 3.3.90**), previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES**

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

7.1. Não haverá prestação de garantia.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.



8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1. São obrigações da CONTRATADA:**

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.



9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

10.1.1. Automaticamente:

10.1.1.1 Por decurso do prazo de vigência;

10.1.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados;

10.1.1.3 Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

10.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

10.2.1 A pedido, quando:

10.2.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

10.2.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

10.2.2 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 19 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

10.2.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

10.2.3.1 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

10.2.3.2 Por razões de interesse públicos devidamente motivados e justificados;

10.2.3.3 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

10.2.3.4 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

10.2.3.5 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

10.2.3.6 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

10.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Estado de Santa Catarina – DOM/SC, através do sítio [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).





**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

11.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº 27/2021 e a proposta da empresa acima relacionada.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Junho de 2021.

**LAURO TECCHIO**

**Prefeito**

**SIDÔNIA SALETE CECON MERÍSIO**

**Gestor do Fundo Municipal de Saúde e de Ass. Social**

**AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA – EPP**

**Contratada**

**ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**

**Contratada**

**PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**

**Contratada**

**SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**

**Contratada**



**FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**  
Contratada

**SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI**  
Contratada

**L.P.DE BORGA \$ CIA LTDA**  
Contratada

**R.DE SOUZA TRENTTO**  
Contratada

**LUCIANO DAMASIO DOS SANTOS EIRELI**  
Contratada

**M.TESTA CONFECÇÃO**  
Contratada

**S.V.BRAGA IMPORTADORA EIRELI**  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Angelita Gabriel  
022.893.109-64

\_\_\_\_\_  
Lisiane Regina Zanotto  
007.926.559-66



---

Flávia Cortes Garcia  
Ass. Técnica de Secretaria

---

Laura Muniz da Silva Menegasso  
CPF-077.241.889-63